

## Senado aprova contribuição de inativos e projeto vai à sanção

O governo espera arrecadar R\$ 4,19 bilhões por ano com as novas regras, que incluem aumento da contribuição paga pelos servidores ativos. O relator da proposta, Osmar Dias, a considera “imprescindível” ao equilíbrio da Previdência



Está pronto para ser enviado à sanção presidencial o projeto que cria a contribuição previdenciária para os aposentados e pensionistas da União e aumenta a alíquota cobrada dos servidores da ativa. A proposta foi aprovada ontem pelo plenário, com o voto contrário de 15 senadores, uma semana depois de haver sido apreciada pela Câmara. O governo espera arrecadar R\$ 4,19 bilhões por ano com as novas regras. “A contribuição dos inativos é imprescindível para o equilíbrio financeiro e atuarial da Previdência Social a longo prazo”, sustentou em plenário o senador Osmar Dias, relator do projeto.

PÁGINAS 3 A 6

O projeto aprovado ontem pelo plenário, que será enviado imediatamente à sanção presidencial, entrará em vigor a partir de primeiro de maio

## Lopes rejeita centralização cambial

O presidente interino do Banco Central, Francisco Lopes, afastou ontem – durante depoimento à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) – a possibilidade de o Brasil vir a adotar a centralização cambial. A medida, na sua opinião, poderia levar à moratória. Lopes garantiu a manutenção da flutuação do câmbio e defendeu o uso de uma política monetária austera como forma de impedir a reindexação da moeda. Ele previu inflação de 4% a 5% para este ano. A CAE aprovou a indicação por 23 votos a 2. O nome de Lopes ainda será submetido ao plenário do Senado.

PÁGINAS 7 A 10



A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou por 23 votos a 2 a indicação de Francisco Lopes para a presidência do Banco Central

### Remédios poderão ter nome genérico

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei que obriga a indústria farmacêutica a colocar nos rótulos dos remédios o nome genérico da substância. A proposta, que pode baratear o preço dos medicamentos, vai à sanção presidencial.

PÁGINA 2

## Júnia Marise despede-se do Senado

Com um discurso em plenário, a senadora Júnia Marise (PDT-MG) despede-se do Senado hoje, encerrando oito anos de mandato. Segunda vice-presidente da Casa, ela exerceu todos os cargos eletivos em Minas Gerais – de vereadora a senadora. Em 1986, elegeu-se vice-governadora, tendo ocupado interinamente o governo.

Encerrando seu mandato de senadora, Júnia Marise voltará a seu estado para continuar exercendo a profissão de jornalista. Durante seu mandato no Senado, ela ocupou a Terceira Secretaria e a liderança da bancada do PDT.

Sua maior realização na Casa, segundo ela, foi a aprovação pelo Legislativo do projeto de sua autoria que incluiu na área de atuação da Sudene os municípios do Vale do Jequitinhonha. Outra iniciativa importante convertida em lei foi a que garantiu às mulheres uma quota de 20% das vagas disputadas nas eleições municipais de 1996.

## CRE examina indicações de embaixadores

As mensagens indicando novos embaixadores na Nicarágua e na Guatemala – diplomatas Ricardo Drummond de Mello e Gilda Maria Ramos Guimarães, respectivamente – serão analisadas hoje, a partir das 10h30, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Na oportunidade, os dois indicados serão sabatinados pelos membros da comissão, presidida interinamente pelo senador Romero Tuma (PFL-SP). As mensagens presidenciais deverão ser submetidas, também, ao plenário do Senado.

# Aprovado uso de nome genérico em medicamentos

Proposta, que levou a forte redução de preços ao ser adotada em outros países, procura garantir o direito de escolha do consumidor

Todos os medicamentos comercializados no país serão obrigados a ostentar nos rótulos, bulas, embalagens e propagandas, além do nome ou marca comercial – ou em sua substituição –, o nome genérico do fármaco que contém, conforme proposta originária da Câmara aprovada ontem pelo plenário do Senado. O projeto, apreciado pela Câmara em dezembro de 1998, teve rápida tramitação no Senado e agora vai à sanção presidencial.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e no plenário do Senado, afirmou em seu parecer favorável que a adoção do nome genérico na identificação dos medicamentos atende a recomendação de organismos internacionais de saúde. Por outro lado, do ponto de vista econômico, “representa um mecanismo privilegiado de controle e de redução de preços dos medicamentos, por garantir o direito de escolha do consumidor, ao mesmo tempo que liberta o médico do domínio das multinacionais farmacêuticas que impõem suas marcas e nomes comerciais”.

Ainda segundo o relator, a experiência dos países desenvolvidos demonstra que “a indústria farmacêutica, livre da interferência governamental, é imune à competição por preços”. Nos Estados Unidos e nos países europeus, crescen-



Alcântara lembrou que a adoção de nome genérico atende recomendações internacionais

tu Lúcio Alcântara, onde a medida é adotada há mais de vinte anos, a diferença de preços entre produtos de marca e genéricos varia de 20 a 70%.

Pelo projeto aprovado, os fabricantes e comerciantes terão seis meses para fazer as adaptações necessárias. O órgão federal responsável pela vigilância sanitária, por sua vez, terá 90 dias para definir critérios de registro, controle de qualidade e aferição de equivalência terapêutica, entre outros. Ele também deverá editar, periodicamente, a relação de medicamentos registrados no país e o Ministério da Saúde promoverá mecanismos que asse-

gurem ampla comunicação, informação e educação sobre os medicamentos genéricos.

As aquisições de medicamentos realizadas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) deverão dar preferência ao medicamento genérico sobre os demais em condições de igualdade de preço.

O presidente da CAS, senador Ademir Andrade (PSB-PA), registrou que a adoção dos nomes genéricos nos medicamentos coloca o Brasil no patamar dos países mais desenvolvidos. Sebastião Rocha (PDT-AP) salientou, no encaminhamento favorável à aprovação do projeto, seu elevado conteúdo social. Carlos Patrocínio (PFL-TO) afirmou a oportunidade da proposta, num momento em que “se fala em majoração geral de preços na economia”.

Já o senador Romero Jucá (PFL-RR) atribuiu a rapidez da tramitação do projeto no Senado à necessidade de dar uma resposta à sociedade nessa matéria. Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que, ao promover encontros entre os produtores de medicamentos e os representantes do Ministério da Saúde, os senadores contribuíram para o entendimento que permitiu finalizar a tramitação do projeto apresentado inicialmente pelo deputado Eduardo Jorge (PT-SP) em 1991.

## CAS discute política de educação ambiental

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), aprecia hoje, às 10h30, projeto de lei da Câmara que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. O parecer sobre a matéria foi elaborado pela senadora Marina Silva (PT-AC).

A proposta original, de autoria do deputado Fábio Feldmann (PSDB-SP), já foi aprovada na Câmara e define estratégias nacionais que possibilitem a motivação de pessoas e organizações envolvidas no processo de educação a estabelecerem relações mais harmônicas

com a natureza.

Referindo-se à educação formal, o projeto prevê a inclusão da educação ambiental nos currículos das instituições escolares públicas e privadas no ensino fundamental, médio e superior, bem como na educação especial de jovens e adultos. Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, a proposta determina que seja incorporado conteúdo de ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas. Nos cursos de pós-graduação e extensão, é facultada a criação de disciplina específica, quando se fizer

necessário.

No que diz respeito à educação informal, a proposta engloba ações e práticas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais. Entre elas, a difusão, na mídia, de programas e campanhas educativas, a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de educação ambiental, o ecoturismo e, finalmente, a sensibilização dos agricultores e da sociedade em geral para a importância da preservação ambiental em relação ao futuro do país e da Humanidade.



## AGENDA

QUARTA-FEIRA, 27 DE JANEIRO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães  
Presidente

- ▶ 10h - Preside sessão conjunta do Congresso Nacional
- ▶ 15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

### PLENÁRIO

- ▶ 10h - Sessão conjunta do Congresso Nacional  
Pauta: Votação da Proposta Orçamentária da União para 1999. *Plenário da Câmara dos Deputados*
- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado Federal  
Pauta: \*Mensagem nº 245/98, que submete ao Senado o nome de Ruy Nunes Pinto Nogueira para exercer a função de embaixador do Brasil na Venezuela; \*Mensagem nº 256/98, que submete ao Senado o nome de Vera Pedrosa Martins de Almeida para exercer a função de embaixadora do Brasil no Equador; \*Mensagem nº 14/99, que submete ao Senado o nome de Afonso Emílio de Alencastro Massot para exercer a função de embaixador do Brasil junto ao Reino dos Países Baixos; \*Mensagem nº 25/99, que submete ao Senado o nome de Henrique Rodrigues Valle Júnior para exercer a função de embaixador do Brasil no Canadá

### COMISSÕES

- ▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Pauta: Reforma político-partidária: \*PLS nº 187/98, que altera a redação dos artigos 41 e 48 da Lei nº 9.096/95 e revoga o artigo 57 da mesma lei; \*PLS nº 188/98, que dispõe sobre o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais; \*PLS nº 189/98, que fixa os prazos mínimos do domicílio eleitoral e filiação partidária para o registro de candidato às eleições; \*PEC nº 38/98, que dá nova redação ao artigo 29 da Constituição, estabelecendo os números mínimo e máximo de vereadores, proporcionais ao número de eleitores; \*PEC nº 39/98, que dá nova redação ao artigo 14 da Constituição, instituindo o voto facultativo; \*PEC nº 40/98, que permite que a lei imponha restrições à divulgação de pesquisas eleitorais; \*PEC nº 41/98, que altera a redação do artigo 56 da Constituição, para disciplinar a substituição do senador na hipótese de vacância; \*PEC nº 42/98, que institui o Sistema Eleitoral Misto nas eleições para a Câmara dos Deputados; \*PEC nº 44/98, que trata da fidelidade partidária; \*PEC nº 45/98, que fixa o mandato de senador em seis anos; \*PLC nº 4/99, que dispõe sobre a criação de varas federais na Justiça Federal de Primeiro Grau; \*PEC nº 1/99, que dispõe sobre a criação de juizados especiais na Justiça Federal e sobre habeas-corpus. *Sala 5 da Ala Senador Alexandre Costa*
- ▶ 10h - Comissão de Assuntos Sociais  
Pauta: Apreciação do PLC que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. *Sala 9 da Ala Senador Alexandre Costa*
- ▶ 10h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional  
Pauta: \*Mensagem nº 247/98, que submete ao Senado o nome de Ricardo Drummond de Mello para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Nicarágua; e \*Mensagem nº 26/99, que submete à apreciação do Senado Federal o nome de Gilda Maria Ramos Guimarães para exercer o cargo de embaixadora do Brasil na Guatemala. *Sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa*

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Júnia Marise  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Flaviano Melo  
4º Secretário: Lucídio Portella  
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho  
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima  
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Morais  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo  
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
15º e 16º andares  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Contribuição do servidor vai à sanção presidencial

Projeto do governo que atinge funcionários federais da ativa e aposentados passa sem emendas e agora só depende do presidente da República para entrar em vigor. Arrecadação anual da Previdência crescerá R\$ 4,19 bilhões

O plenário do Senado aprovou ontem o projeto do governo que cria contribuição previdenciária para os aposentados e pensionistas da União e aumenta a alíquota cobrada dos servidores da ativa. A proposta será enviada imediatamente à sanção presidencial e terá vigência a partir de 1º de maio próximo.

As novas taxas de previdência vão trazer para o governo uma receita adicional de R\$ 4,19 bilhões por ano, conforme números apresentados aos parlamentares pelo Ministério da Previdência Social.

As mudanças são consideradas fundamentais pelo governo para o ajuste fiscal das contas federais, proposto ao Congresso pelo presidente da República no final de outubro passado. Quase todas as medidas do ajuste já foram aprovadas pelo Congresso e estão em vigor.

No Senado, só resta a votação do Orçamento Geral da União para este ano (com cortes), o que deve acontecer hoje. Na Câmara, falta a votação da prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

O projeto determina que a partir de maio aposentados e pensionistas que recebam mais de R\$ 600,00 por mês terão desconto permanente de 11% de contribuição previdenciária. Até R\$ 600,00, não haverá contribuição. Será cobrado um adicional de 9 pontos percentuais para aposentadorias e pensões de R\$ 1.200,01 a R\$ 2.500,00 e de 14 pontos percentuais sobre a faixa que exceder a R\$ 2.500,00.

A proposta isenta os aposenta-

dos e pensionistas que têm mais de 70 anos ou aposentados por invalidez, desde que seus proventos não passem de R\$ 3.000,00 por mês.

Já os servidores federais da ativa, que pagam 11% de contribuição previdenciária, também terão adicionais de 9 pontos percentuais para salários de R\$ 1.200,01 a R\$ 2.500,00 e de 14 pontos para a parte do salário que ultrapassar R\$ 2.500,00.

O projeto estabelece que todos os adicionais, tanto para aposentados quanto para ativos, serão extintos depois de 31 de dezembro de 2002, continuando para todos a alíquota de 11% (exceto para

aposentadorias de até R\$ 600,00):

– A contribuição dos inativos é imprescindível para o equilíbrio financeiro e atuarial da Previdência Social a longo prazo – sustentou em discurso o relator do projeto,

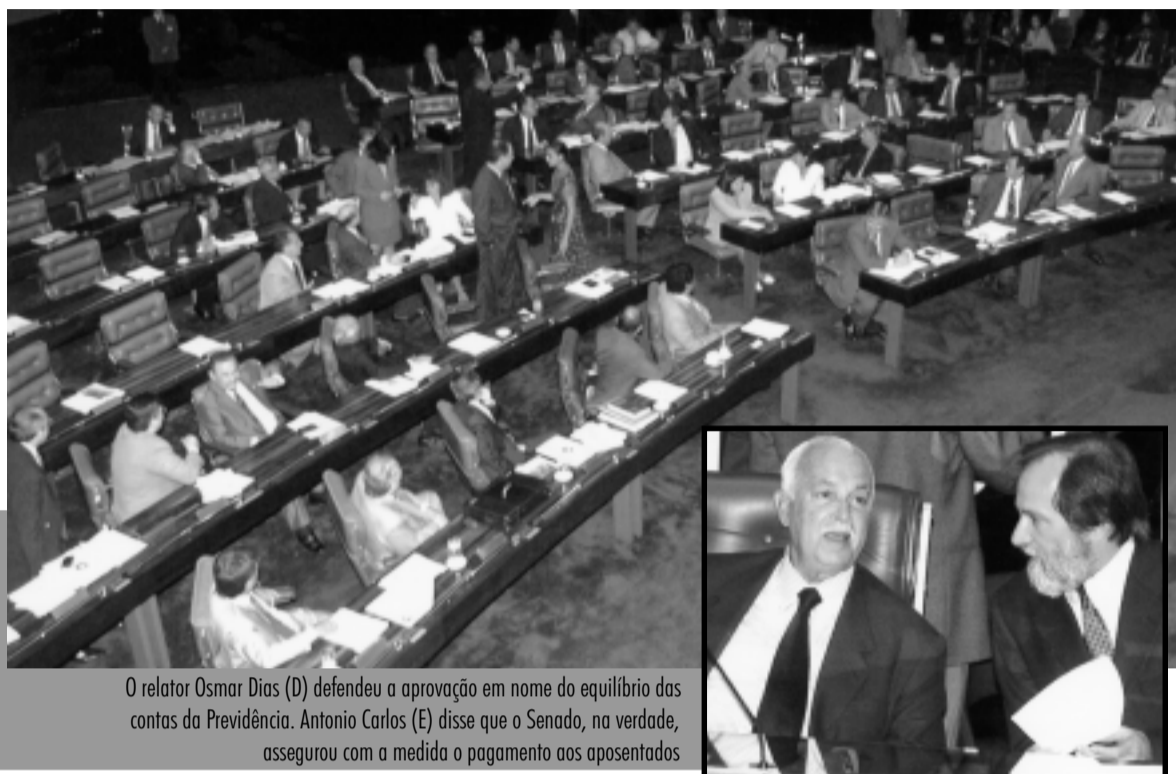
senador Osmar Dias (PSDB-PR).

## APROVAÇÃO

Os senadores da oposição argumentaram, entre outras coisas, que a cobrança de previdência de aposentados e aumento da alíquota dos ativos não resolverá o problema fiscal do governo.

No final, com a presença de 75 senadores, o projeto foi aprovado, com os votos contrários de 11 senadores do Bloco Oposição e dos senadores Josaphat Marinho (PFL-BA), Jefferson Péres (PSDB-AM), Roberto Requião (PMDB-PR) e Epitácio Cafeteira (PPB-MA). O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) pediu que constasse dos Anais seu voto contrário. Três emendas apresentadas foram rejeitadas.

**As mudanças são consideradas fundamentais pelo governo para o ajuste fiscal das contas federais**



O relator Osmar Dias (D) defendeu a aprovação em nome do equilíbrio das contas da Previdência. Antonio Carlos (E) disse que o Senado, na verdade, assegurou com a medida o pagamento aos aposentados

## Salários maiores pagarão mais

A maior parte dos R\$ 4,19 bilhões que o governo pretende economizar com as novas contribuições previdenciárias será paga por servidores da ativa e aposentados e pensionistas que ganham mais de R\$ 2.500,00 por mês. Eles representam apenas cerca de 13% de todo os ativos e inativos da União, mas contribuirão com 60,5% da economia pretendida pelo governo, de acordo com estatísticas que o Ministério da Previdência Social apresentou aos parlamentares.

Dos 711 mil servidores da ativa, 303 mil pagarão alíquotas adicionais, representando arrecadação de cerca de R\$ 1,51 bilhão. Por sua vez, dos 694 mil aposentados e pensionistas, 428 mil serão taxados, os quais participarão com R\$ 2,68 bilhões de toda economia pretendida, conforme o mesmo Ministério.

Na defesa do projeto, o ministro da Previdência Social, senador licenciado Waldeck Ornelas, sustentou que os aposentados e pensionistas federais vivem uma situação “sem similar no mundo”, pois recebem atualmente proventos maiores do que os salários que tinham quando trabalhavam. Isso porque eles recebiam promoção na hora em que pediam aposentadoria (possibilidade extinta pela reforma da Previdência).

Ornelas disse ainda que um artigo da Constituição prevê que todo

aposentado terá direito a vantagens financeiras dadas a todos os servidores da ativa. Por isso, segundo o ministro, a cobrança de previdência dos inativos “é mais que justa”.

### NÚMEROS

O ministro cita muitos números na justificativa do projeto. Por exemplo: em 1990, a despesa com servidores inativos e pensionistas correspondia a 25% de todos os gastos da União com pessoal e, em 1997, o percentual pulou para 42,7%. Em contrapartida, os pagamentos com servidores da ativa caíram no mesmo período de 67% para 54% dentro dos gastos gerais com o item pessoal da União. Os gastos, na visão do ministro, se tornaram insustentáveis porque, desde 1987, a despesa geral com ativos e aposentados teve um aumento real de 138%.

O ministro da Previdência infor-

mou que, em 97, a despesa com inativos e pensionistas chegou a R\$ 21,7 bilhões, enquanto os servidores da ativa pagaram R\$ 2,4 bilhões em contribuição.

Durante a discussão, o relator da matéria, senador Osmar Dias (PSDB-PR), informou que nesta conta estão incluídos cerca de R\$ 7,2 bilhões que a União gasta por ano com os militares da reserva. Assim, conforme Osmar Dias, o gasto líquido federal só com inativos civis ficará neste ano em R\$ 13,8 bilhões.

Reduzindo-se desse total a contribuição atual dos servidores ativos (R\$ 2,4 bilhões), o dispêndio final previsto para este ano com servidores civis ficaria em R\$ 11,4 bilhões. Esse valor, no entanto, será agora reduzido com a economia a ser proporcionada pelas novas contribuições.

## As novas alíquotas

Faixas de Renda	Inativos e Pensionistas	Ativos
Até R\$ 600	0%	11%
De R\$ 601 a R\$ 1200	11%	11%
De R\$ 1.201 a R\$ 2.500	Adicional de 9%	Adicional de 9%
Acima de R\$ 2.500	Adicional de 14%	Adicional de 14%

Fonte:Secretaria de Administração e Patrimônio

## ACM admite medidas para beneficiar os aposentados

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, admitiu ontem, logo após a aprovação da contribuição dos inativos pelo plenário, que novas medidas poderão ser tomadas para beneficiar os aposentados, assim que for possível:

– Na realidade, nós votamos em favor dos aposentados, e amanhã, se estivermos em melhores condições, vamos melhorar ainda mais – disse.

O senador não confirmou se a fórmula seria a readequação de alíquotas, nem deu outros detalhes a respeito de sua previsão, mas defendeu a decisão da Casa:

– É uma deliberação tomada pensando, inclusive, nos aposentados, para que amanhã eles não deixem de receber suas aposentadorias. Do jeito que estava, a Previdência iria quebrar, e os prejudicados seriam os próprios aposentados – afirmou.

# Osmar considera necessária contribuição de inativos

Relator do projeto aprovado ontem em plenário, o senador prevê que o equilíbrio do sistema previdenciário só será obtido com a segunda geração da reforma, que estaria sendo elaborada pelo economista André Lara Resende

A proposta que aumenta as alíquotas de contribuição dos servidores públicos federais civis ativos e institui a contribuição dos inativos e pensionistas para a Previdência visa ao equilíbrio das contas previdenciárias, que registraram – apenas no âmbito do funcionalismo inativo civil – um déficit de R\$ 11,4 bilhões em 1998, conforme ressaltou ontem o senador Osmar Dias (PSDB-PR). Como relator da matéria no Senado, ele encontrou “razões muito consistentes” para emitir parecer favorável ao projeto de lei do Executivo, na forma em que foi aprovado na Câmara.

O projeto não abarca, como destacou o senador, os militares das

Forças Armadas, os servidores civis dos estados, Distrito Federal e municípios, os policiais militares e os segurados do Regime Geral de Previdência Social, mantidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Além disso, acrescentou, as mudanças terão vigência temporária, até 31 de dezembro de 2002.

Mesmo dizendo saber que as mudanças não cobrirão as necessidades de financiamento da Previdência, problema a ser resolvido com a reforma previdenciária de segunda geração que estaria sendo elaborada pelo eco-



Osmar Dias lembrou que 14 estados já aprovaram propostas de cobrança de contribuição de inativos e pensionistas

nomista André Lara Resende, Osmar Dias salientou que a proposta é importante e relevante, resultado de “uma decisão práti-

ca, realista, com visão sobre o conjunto da população brasileira, dispensando a análise segmentada e de caráter ideológico”.

A instituição da cobrança previdenciária dos inativos é imprescindível, na opinião do senador, para garantir o equilíbrio financeiro e atuarial de longo prazo das contas da Previdência. Para tanto, ela também deverá ser estendida aos militares, segundo compromisso do Executivo, que deverá encaminhar ao Congresso projeto específico ainda no primeiro semestre deste ano.

– Essa providência se impõe, uma vez que as despesas com inativos e pensionistas militares chegam, hoje, a cerca de R\$ 7,2 bilhões ao ano e as respectivas contribuições são de pouco mais de R\$ 100 milhões, implicando o aporte de mais de R\$ 7 bilhões de recursos fiscais para o financiamento da previdência militar – explicou.

Osmar Dias também observou que a cobrança de contribuições de inativos e pensionistas não representa nenhuma novidade, dado que 14 estados já aprovaram legislação nesse sentido, enquanto outros já encaminharam projetos semelhantes a seus respectivos legislativos.

## Josaphat Marinho diz que ataque à sonegação renderia mais ao governo

Por motivos éticos, jurídicos e financeiros, a proposta que aumenta a alíquota de contribuição dos servidores federais civis ativos e institui a cobrança previdenciária dos inativos e pensionistas civis não deveria sequer ser apreciada pelo Congresso, afirmou o senador Josaphat Marinho (PFL-BA). Ao encaminhar seu voto contrário, ele também disse que, “se o governo estivesse cumprindo bem suas tarefas administrativas”, os sonegadores renderiam muito mais aos cofres públicos do que todos os inativos.

– Quase um PIB escapa do fisco. Cerca de R\$ 825 bilhões de renda tributável no país estão fora do alcance da Receita Federal – disse, reproduzindo título e subtítulo de matéria publicada domingo passado pelo *Jornal do Brasil*.

Na opinião de Josaphat, o presidente da República desprezou completamente o fato de o Congresso já ter rejeitado quatro vezes a matéria e a existência de parecer do Supremo Tribunal Federal, que vedou a reapresentação da proposta quando rejeitada sob a forma de medida provisória, como o foi.

Financeiramente, as dúvidas sobre os resultados das alterações nas contribuições previdenciárias “são manifestas, reconhecidas pelo próprio relator”.



Josaphat Marinho apontou motivos éticos, jurídicos e financeiros para votar contra projeto



Jefferson lembrou alternativas como a implantação do imposto sobre grandes fortunas

## Jefferson Péres defende direito adquirido e vota contra proposta

Tendo votado favoravelmente a todas as outras propostas do ajuste fiscal apresentadas pelo Executivo, o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) justificou seu voto contrário ao projeto que institui a cobrança previdenciária dos inativos civis federais sob o argumento de que a legislação não deve atingir o direito adquirido, modificando as regras do jogo quando ele está em curso.

Jefferson Péres questionou a negação de alternativas como a de garantir os recursos buscados pelo governo através da anulação das emendas parlamentares

individuais ou da implementação do imposto sobre as grandes fortunas. Ele referiu-se ao fato de as oito maiores montadoras do país, com faturamento total da ordem de R\$ 20 bilhões, recolherem ao fisco apenas R\$ 31 milhões.

O senador também leu parecer jurídico mostrando que a situação dos servidores sempre teve natureza específica a justificar o recebimento de aposentadorias integrais. Ele afirmou a necessidade de modificar essa situação com a criação de um novo sistema de previdência pública, mas sem a revogação de direitos.

## Ademir lembra cinco anos sem reajuste de servidores

“É muito grave cobrar 25% de quem está há cinco anos sem aumento”, afirmou o senador Ademir Andrade (PSB-PA), durante os debates do projeto que institui a contribuição previdenciária para os servidores inativos e aumenta a

cobrança dos servidores da ativa. Para ele, a medida não produzirá os efeitos desejados, apenas onerando “os já sacrificados servidores”.

– A solução tem que vir de mais cabeças e não apenas de meia dúzia de economistas e de um presi-



Ademir defende debate sério sobre a moratória

dente que não entende nada de economia. O Congresso deposita excessiva confiança nas decisões do governo. Aqui se aprova tudo o que o Executivo pede. Basta a equipe econômica pedir que a matéria é aprovada – afirmou.

Para Ademir Andrade, a hipótese de suspensão dos pagamentos das dívidas brasileiras, como forma de equilibrar as contas públicas, não deve ser afastada. “A moratória tem que ser seriamente discutida e pensada. Nós queremos estabilidade, mas com justiça social.”

## Emília acha cobrança injusta e discriminatória

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) classificou o aumento da contribuição previdenciária dos servidores e a taxação dos inativos como mais um ato na “estratégia de desmonte do serviço público preparada pelo governo”. Para ela, a medida, “injusta, discriminatória e revanchista”, não possibilitará ao governo superar a atual crise financeira.

– A medida é inócua e aprofunda



Emília aponta desmonte do serviço público

a perseguição aos servidores. O que há é uma extorsão. O governo dizia que a aprovação do projeto na Câmara dos Deputados provocaria a recuperação das bolsas, e o que aconteceu foi o contrário – frisou.

Emília defendeu a mudança da política econômica. “O Brasil não precisa de impostos ou confiscos salariais, mas da promoção do desenvolvimento e da valorização dos trabalhadores”, observou.

# Simon prega diálogo entre governo e sociedade

Comparando a atual situação do real com a crise que levou o Brasil a uma inflação mensal de 84%, no final do mandato do ex-presidente Sarney, senador pede ao presidente Fernando Henrique para ter humildade

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) comparou o momento atual ao que o ex-presidente José Sarney viveu quando os planos Cruzado I e II não deram certo e o ex-ministro Mailson da Nóbrega lançou o plano "feijão com arroz" e elevou a inflação ao índice de 84% ao mês. Argumentando que, por estar incluído nas faixas salariais que terão aumento na alíquota de contribuição para a Previdência Social e por não querer que pensem estar votando em causa própria, Simon declarou seu voto favorável ao projeto de lei que taxa servidores inativos.

O senador disse que não tem lógica explicar que a Previdência gasta muito mais com menos de 1 milhão de servidores públicos do que com 13 milhões de trabalhadores da iniciativa privada. Na sua opinião, porém, o projeto não terá nenhuma consequência na crise e não deveria estar sendo votado daquela maneira, como se os servidores fossem os responsáveis pela crise. "Isso não é sério", afirmou.

Simon defendeu a adoção da quarentena para os presidentes e



Pedro Simon

diretores do Banco Central e externou preocupação com a nova reunião dos governadores de oposição que ocorrerá em Porto Alegre. Para ele, o presidente da República tem a obrigação de reunir todos os governadores para debater e chamar a sociedade para mostrar a real situação do país.

Ele acrescentou que o presidente não teve a humildade de chamar a sociedade para conversar na hora do fausto, quando era festejado pelo sucesso do Plano Real, mas espera que tenha humildade agora.

## Requião classifica aumento da contribuição como "novo confisco"

Ao falar durante o encaminhamento de votação do projeto que cria a contribuição previdenciária dos aposentados e aumenta a alíquota do servidores da ativa, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse que essa iniciativa encerra mais um confisco sobre o funcionalismo, já sacrificado há quatro anos com o congelamento de salários.

"É uma maldade, é a tentativa de satanização do funcionalismo num momento em que o governo vê exposta sua absoluta ineficiência", afirmou.

Para Requião, o projeto representa "o desastre completo da política econômica do governo". Ele entende que, com essa iniciativa, o Executivo quis arranjar um culpado para a sua ineficácia, nomeando o funcionário público, que não tem nenhuma responsabilidade



Roberto Requião

nesse processo. No entender do senador, essa postura de pinçar exemplos de marajás para mobilizar a opinião pública em favor do saneamento das finanças do Estado e da correção das distorções é absolutamente desnecessária.

– Bastaria que o governo fixasse um teto salarial por categorias e, sendo um patrão que não é objeto de dissídios coletivos, não pagaria

ao funcionalismo um tostão a mais do que pretende – argumentou o parlamentar.

Requião disse acreditar que até a cobrança de imposto de renda do funcionalismo "é uma tolice", já que, como é o governo que fixa os salários, poderia simplesmente não pagar o que seria arrecadado depois sob a forma de tributo. O senador constatou que esse novo confisco "é mais uma maldade que uma medida lógica".

Em sua opinião, é também mais uma maneira de o governo apressar e aprofundar o confisco num prazo de tempo menor, em vez de assumir, de uma vez por todas, a responsabilidade de fixar o teto máximo do salário do funcionalismo e controlar o tamanho da sua folha de pagamento de pessoal. "Qualquer governo racional faria isso", concluiu Requião.

## Dutra protesta contra privilégios para os servidores militares

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) lembrou ontem que o principal argumento da base governista para aprovar, na Câmara dos Deputados, o projeto de lei que cria a contribuição previdenciária para inativos e aumenta a dos servidores em atividade era que o Congresso Nacional precisava emitir um sinal para o mercado. Mas o mercado, para ele uma entidade "volúvel, voraz e irracional", não se satisfaz com a consagrada votação da matéria na Câmara e o país continuou perdendo divisas.

Falando da tribuna do plenário, durante a votação da matéria pelo Senado, Dutra lamentou que "os corações, mentes e, principalmente, o estômago dos brasileiros" sejam confundidos com tambores de emitir sinais. Dutra anunciou

seu voto contrário à medida, argumentando que ela não irá solucionar o ajuste fiscal brasileiro. Para o senador, a bancada governista não quis enfrentar as forças que realmente mandam no país e preferiu atacar os funcionários públicos.

– O governo tem condições de falar grosso com os servidores, mas não fala com todos. Os militares não estão incluídos – afirmou Dutra. Citando dados publicados no jornal *Folha de S. Paulo*, acrescentou que as aposentadorias e pensões dos inativos civis atingiriam 44% da folha total, enquanto os militares consumiriam 61%. Para ele, "se é para escolher privilegiados, deveria se começar pelos militares".

O senador lembrou que o balanço financeiro da União demonstra que



José Eduardo Dutra

os gastos com inativos militares chegam a 59%, enquanto com os civis ficam em 40%.

O senador por Sergipe lamentou ainda que o governo queira aprovar agora a contribuição dos inativos e o aumento da alíquota dos servidores em atividade – cujo resultado financeiro, posto em dúvida pelo senador, atingiria no máximo R\$ 4,2 bilhões – quando permitiu, em quatro anos, que o déficit em corrente do país pulasse de R\$ 1,6 bilhão para R\$ 36 bilhões e o pagamento com juros e amortizações atinja, este ano, um total de R\$ 60 bilhões.

Júnia não acredita nos números divulgados pelo governo



## Júnia lamenta prejuízo causado a aposentados

Ao anunciar seu voto contrário à contribuição previdenciária dos servidores, a senadora Júnia Marise (PDT-MG) afirmou que os senadores que apoiam o governo votarão a favor com o maior constrangimento, "porque sabem que o projeto confisca o direito dos velhinhos aposentados do país".

A senadora citou algumas mensagens que recebeu, contrárias ao aumento da contribuição e sua imposição aos já aposentados. Lembrou que os números do governo – que prevêem uma receita bruta de R\$ 4,2 bilhões com a medida – podem estar

errados. Reportagem publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* afirma que o governo não descontou a dedução da contribuição previdenciária da base de cálculo do Imposto de Renda.

Para ela, "não há quem possa afirmar, em sã consciência, que essa arrecadação dos aposentados irá resolver os problemas do país". Ela lembrou que mais de US\$ 5 bilhões em reservas do país saíram nos últimos dias, enquanto a desvalorização do real em cerca de 30% aumentou a dívida mobiliária em R\$ 25 bilhões "da noite para o dia".

# Valadares: servidor perderá metade do salário

Senador condenou a exclusão dos militares da taxaço e sugeriu uma progressividade adequada, que trate de forma diferenciada um funcionário que ganha menos daquele que ganha mais

Algumas classes de servidores terão praticamente metade do salário confiscado, apenas com o desconto da Previdência e do Imposto de Renda de 27,5%. A afirmação foi feita ontem pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), ao criticar o projeto de lei que aumenta a alíquota de contribuição para a Previdência Social dos servidores ativos e institui a contribuição para os servidores inativos. De acordo com o senador, somando-se uma inflação prevista de 10%, a redução salarial será da ordem de 60%:

– O governo assustou e até intimidou para aprovar no Congresso o confisco dos velhinhos. No projeto em discussão, apresentado às pressas, a taxaço dos inativos foi empurrada garganta abaixo e mal deglutida pelos próprios parlamentares que a viabilizaram. Iludiram-se, influenciados pela conjuntura, aceitando a versão do governo sobre a responsabilidade única do Congresso na crise. É crime taxar o aposentado, assim como aumentar a alíquota. O ajust-

te fiscal tem que começar pela discussão do patrimônio e da renda, não do salário de inativos e aposentados – disse o senador.

O senador questionou a eficácia desta taxaço para o ajuste fiscal, uma vez que o Banco Central informa que, com a atual desvalorização cambial, o Brasil perdeu de agosto a dezembro do ano passado cerca de US\$ 36,6 bilhões; de 1º a 18 de janeiro deste ano saíram do país US\$ 5,8 bilhões; a dívida pública durante o governo Fernando Henrique passou de US\$ 101 bilhões para US\$ 316 bilhões; a dívida mobiliária interna cresceu de US\$ 66 bilhões para US\$ 78 bilhões; e a dívida externa pulou de US\$ 148 bilhões para US\$ 228 bilhões. Dados obtidos pelo senador na Comissão Mista de Orçamento mostram que o item “Refinanciamento da Dívida Pública” prevê um total de US\$ 386 bilhões.

Valadares lembrou que a venda da Companhia Vale do Rio Doce foi considerada “emblemática” pelo governo, mas com ela pagaram-se apenas 17 dias de juros. A



Valadares sugeriu medidas alternativas à contribuição dos servidores, como impostos para os banqueiros, taxando as grandes heranças e o combate à sonegação fiscal

privatização da Telebrás rendeu US\$ 22,6 bilhões, totalmente consumidos também no pagamento de juros. “Neste contexto, com o país degradado, falido nos seus recursos em centenas de bilhões de dólares, questiona-se: por que todo esse interesse em arrecadar US\$ 2,6 bilhões dos aposentados e US\$ 1,5 bilhão dos servidores da ativa?”, perguntou o senador.

Segundo Valadares, o mercado

continua a jogar contra o real, com centenas de milhões de dólares saindo diariamente do Brasil. “Que eficácia concreta contra isso têm os R\$ 4,1 bilhões confiscados dos servidores públicos? Que representa esse valor em termos de benefício *versus* o tremendo custo social exigido, após quatro anos de aperto salarial?”, questionou.

Valadares condenou também a exclusão dos servidores militares

da taxaço e sugeriu uma progressividade adequada, que trate de forma diferenciada um funcionário público que ganha R\$ 2 ou R\$ 3 mil de outro que ganha R\$ 10 ou R\$ 15 mil. Valadares sugeriu ainda o aumento da base dos contribuintes incluindo os servidores militares, criando impostos para os banqueiros, taxando as grandes heranças e combatendo a sonegação fiscal:

– A Receita Federal conseguiu, pela primeira vez na história recente, calcular com alguma precisão o tamanho da sonegação fiscal no país: cerca de R\$ 825 bilhões de renda tributável estão fora do alcance do fisco, girando numa economia subterrânea. Das 530 maiores empresas não-financeiras do país, metade não pagou sequer um centavo de Imposto de Renda no ano passado. Juntas, elas faturaram R\$ 226 bilhões. E dos 66 maiores bancos, que tiveram receita bruta de R\$ 97,14 bilhões, 28 não pagaram nada de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – revelou Valadares.

## Lauro diz que medida afeta muito pouco o ajuste fiscal

O senador Lauro Campos (PT-DF) disse ontem que a taxaço de inativos e o aumento da contribuição dos servidores é uma medida insignificante diante da escalada do endividamento.

Para o senador, os recursos que serão obtidos a partir dessa taxaço não farão qualquer diferença no ajuste fiscal e no endividamento interno e externo. “Vou votar veementemente contra a retirada de R\$ 2,6 bilhões dos velhos. Isso não dá para tapar o buraco do dente do FMI”, afirmou o senador.

Lauro Campos lembrou que apenas nos últimos dez dias a dívida externa brasileira aumentou em US\$ 100 bilhões e disse que a desvalorização do real foi postergada pelo FMI para não atrapalhar a reeleição de Fernando Henrique Cardoso. “Agora, devemos pagar pelo que já pagamos”, lamentou:

– Alertado para o fato de que a quantia arrecadada não vai solucionar o problema, o presidente da República disse saber que não



Lauro Campos

é importante, mas que era importante sinalizar para o FMI que somos capazes de fazer isso e muito mais – afirmou o senador.

O senador disse ainda que talvez o ex-ministro Antonio Kandir tenha razão quando afirmou que depois dessa reforma virá outra “porque essa já estará caduca logo após a sua aprovação”.

## Epitácio Cafeteira se despede defendendo o funcionalismo

“Ao dizer muito obrigado, quero dizer também muito obrigado a todos os funcionários públicos que encontrei ao longo da minha carreira.” A afirmação é do senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA), que, ao manifestar-se ontem contra o projeto que cria contribuição previdenciária para os aposentados, aproveitou para despedir-se do Senado e da vida pública.

Cantarolando as primeiras estrofas da música *Fita Amarela*

(“Quando eu morrer, não quero choro nem vela”), o senador se disse satisfeito por deixar a Casa homenageando o servidor público. Mas considerou irônico ter passado a vida inteira defendendo o funcionalismo e despedir-se do Legislativo exatamente na tarde em que o Senado deliberava sobre mais uma punição para os servidores ativos e inativos.

Cafeteira afirmou que jamais defendeu o funcionalismo pensando em votos, mas amparado na convicção de que quem faz o governo é o servidor público. Também lembrou que, quatro vezes derrotado com esse projeto, o governo Fernando Henrique Cardoso finalmente saiu vitorioso, fazendo “o Congresso entregar os pontos”.

Cafeteira culpou todos os governos brasileiros que fizeram o trabalhador contribuir para a Previdência, mas nunca participar de seu gerenciamento. “Era uma situação em



Cafeteira disse que jamais defendeu o funcionalismo pensando em votos

que o trabalhador pagava, mas não dirigia, enquanto o governo dirigia, mas não pagava.”

Sobre o FMI, o senador apontou a situação do México, Rússia e países da Ásia para sustentar que os conselhos dessa instituição “nunca levaram ninguém para a frente”. Também lembrou que representantes do FMI estão agora em Brasília “para ver como o Senado está votando”. Segundo Cafeteira, essa votação deixou claro que “hoje não é o dia do vovô, mas é o dia do sacrifício do vovô, o dia de ele ser imolado”.

### RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 26 DE JANEIRO DE 1999

1

Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1999 (nº 4.898/99, na Casa de origem). Presidente da República. Dispõe sobre a contribuição para o custeio da Previdência Social dos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas dos três Poderes da União, e dá outras providências. Parecer a ser proferido em plenário. Relator: Senador Osmar Dias. Resultado: Aprovado. À sanção. Votação do requerimento de votação nominal - rejeitado: Sim: 23; Não: 51; Abst: 1. Total: 75

2

Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1998 (nº 2.022/91, na Casa de origem). Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências. Parecer nº 32/99-CAS. Relator: Senador Lúcio Alcântara, favorável. Resultado: Aprovado. À sanção.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

# Presidente do BC garante câmbio livre

Francisco Lopes, que ocupa o cargo interinamente, teve sua indicação para titular aprovada ontem por 23 votos a dois na Comissão de Assuntos Econômicos, após ser sabatinado pelos senadores

O governo brasileiro decidiu manter a opção de flutuação como política cambial e não adotar a chamada centralização, que levaria o país a decretar moratória. Foi o que afirmou ontem o presidente interino do Banco Central, Francisco Lopes, em depoimento na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), onde teve sua indicação para titular do cargo aprovada por 23 votos a dois. Outra opção também descartada, segundo Francisco Lopes, é a do *currency board* (regime de conversibilidade da moeda nacional a uma moeda forte, no caso o dólar), adotada pela Argentina e por Hong Kong.

O depoimento foi assistido pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Durante a sabatina, Francisco Lopes foi questionado sobre o futuro da economia brasileira e manteve firme defesa das diretrizes atuais da política do presidente Fernando Henrique Cardoso: flutuação do câmbio, manutenção dos pagamentos das dívidas externa e interna e ajuste fiscal. A aprovação de sua indicação depende ainda do plenário do Senado.

Ao encerrar a reunião, o presidente da CAE, senador Pedro Piva (PSDB-SP), afirmou que o resultado expressivo da votação favorável a Lopes demonstra o apoio do Senado ao governo Fernando Henrique Cardoso e à escolha de Francisco Lopes para a presidência do BC. "Apesar da crise e de todas as dúvidas, o Senado man-



Francisco Lopes relatou à CAE as opções de política cambial apresentadas pela equipe econômica ao presidente da República

teve seu voto de confiança", disse Piva.

Francisco Lopes contou aos integrantes da CAE que as três opções – flutuação, centralização e *currency board* – foram as alternativas colocadas por ele e o ministro da Fazenda, Pedro Malan, para o presidente Fernando Henrique Cardoso, durante jantar na última segunda-feira.

– O presidente optou pela flutuação cambial e disse que não fará a centralização – relatou.

Para Lopes, a centralização cambial levaria o país, inevitavelmente, à moratória, o que seria um desastre do ponto de vista do acesso a investimentos externos e das relações do Brasil com os demais países. "Seria como uma empresa que entrou em concordata, ficaríamos sem investimentos, que estão previstos para cerca de US\$ 25 bilhões neste ano, mais US\$ 20 bilhões no próximo ano", afirmou.

A palavra moratória é "nefasta", frisou, acrescentando que fi-

cou chocado com o fato de jornais brasileiros estarem defendendo a centralização cambial como "uma coisa trivial".

– A centralização teria consequências nefastas. Seria um regime de arbitrariedade total – observou.

Quanto à opção do *currency board*, apesar de sugerida por analistas internacionais, Francisco Lopes ressaltou que é um regime raro no mundo. Ele apontou dificuldades para adotar o regime de conversibilidade num país como o Brasil, que tem R\$ 450 bilhões de depósitos bancários e aplicações financeiras, e reservas internacionais de US\$ 36 bilhões, contando com US\$ 9 bilhões de empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI).

– Seria uma opção desastrosa para o Brasil, não é para qualquer país adotar. Exigiria mudanças profundamente difíceis na nossa vida econômica – explicou.

## PRINCIPAIS PONTOS DO DEPOIMENTO

Estes foram os principais pontos abordados pelo presidente interino do Banco Central, Francisco Lopes, em seu depoimento e posterior sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado:

**Âncora cambial:** Para Lopes, âncora cambial era a única possibilidade de se controlar o processo inflacionário anterior ao Plano Real. Agora, o plano do governo é substituí-la por uma âncora monetária e fiscal. Para ele, seria melhor que o país tivesse adotado o regime de intrabandas em 1995. Afirmou que o regime de flutuação do câmbio foi "antecipado pela realidade".

**Centralização cambial:** O presidente do BC descartou a adoção da centralização cambial, segundo ele, um regime de "arbitrariedade total" e "consequências nefastas". Para Francisco Lopes, a centralização levaria inevitavelmente à moratória, impedindo o ingresso no país dos investimentos previstos em 1999 (US\$ 25 bilhões) e 2000 (US\$ 20 bilhões).

**Currency Board:** De acordo com Lopes, trata-se de um sistema inviável para um país com o total de depósitos bancários de R\$ 450 bilhões e reservas internacionais de US\$ 36 bilhões, incluindo os US\$ 9 bilhões do FMI. Segundo ele, "a dolarização não é para quem quer, é para quem pode". Além disso, sua adoção pode levar a um regime monetário "duríssimo", sem limites para as taxas de juros.

**Inflação:** Para o presidente do BC, a inflação ainda não acabou no país, sendo sua cura "um processo de muitos anos". Lopes admitiu que a desvalorização cambial implica ajuste de preços. Disse que alguns produtos ficarão mais caros, mas, no final, haverá um equilíbrio. Ele descartou a hipótese de que a inflação volte ao país nos altos índices vividos antes do Plano Real. Deve situar-se entre 4% e 5% este ano.

**Dívida Externa:** Segundo Lopes, os compromissos do país para os próximos 12 meses não chegam a US\$ 12 bilhões. O Brasil deverá terminar o ano de 1999 com reservas de US\$ 50 bilhões. Assim, mesmo que não haja entrada de capital, o país terá reservas sólidas, sem risco de inadimplência. Lopes considerou normal o fluxo cambial desde a liberalização do câmbio.

## Promessa: inflação não voltará

Depois de explicar a opção do governo pela atual política cambial, Francisco Lopes garantiu que a inflação não voltará aos níveis altos vividos antes do Plano Real. Disse, porém, que é fundamental o governo manter uma política mone-

tária austera e a atual legislação, impedindo qualquer movimento de indexação da moeda. Uma inflação de cerca de 4% a 5% foi prevista por ele para este ano, devido ao aumento de preço dos produtos importados.

## Francisco Lopes rejeita adoção do dólar como moeda

Em resposta ao senador José Fogaça (PMDB-RS), o presidente interino do Banco Central, Francisco Lopes, revelou sua posição contrária à dolarização da economia. Para ele, a possibilidade de adoção da moeda americana e de renúncia do país à política monetária própria, que vem sendo aventada pela Argentina, não é correta.

– Os argentinos, na minha opinião, não devem fazer isso. Uma sociedade sem moeda é uma sociedade esquisita, é como um país sem bandeira. Manter a moeda é uma obrigação prioritária de qualquer governo – afirmou.

A questão de Fogaça relacionou-se ao projeto de uma futura unifi-



Fogaça indagou sobre dolarização e situação das reservas do país, e deu parecer favorável à indicação de Lopes para o Banco Central

cação monetária dos países do Mercosul e às opções de política cambial que o Brasil tem para os próximos meses. O senador acre-

ditada que, na Argentina, a utilização do sistema de *currency board*, em que o peso argentino tem paridade com o dólar, levou a uma

"desdolarização" da economia daquele país, e não ao contrário.

Apesar de admitir sua admiração pelo regime cambial argentino, que teve sucesso no controle da taxa de inflação, mantendo taxas de crescimento "razoáveis", Lopes considera que a conversibilidade da moeda local pelo dólar "não é para quem quer, é para quem pode". Assim, o Brasil não estaria em condições de adotar esse tipo de regime cambial no momento.

– A unificação monetária é uma coroação natural do Mercosul, mas envolve a coordenação das políticas de seus membros. O primeiro passo para isso é o real forte. A unificação deve ser

feita em cima de uma moeda comum, não em cima do dólar. A não ser que queiramos fazer a unificação monetária com os Estados Unidos, mas não é isso o que se coloca no momento – afirmou Lopes.

A situação das reservas internacionais também foi questionada por Fogaça. Segundo Lopes, os compromissos do país para os próximos 12 meses não pas- sam de US\$ 12 bilhões.

– Mesmo se não houver entradas, ainda assim o país terá reservas sólidas. Não há risco de inadimplência. O fluxo cambial que está sendo notado (desde a adoção da flutuação cambial) é normal – declarou Lopes.

# Dutra questiona receituário acertado com o FMI

Parlamentar teme que governo ignore críticas feitas às políticas recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional da mesma maneira que desdenhou os alertas feitos pela oposição em relação aos riscos da sobrevalorização do real

Depois de afirmar que tinha dois motivos para simpatizar com a indicação de Francisco Lopes para o cargo de diretor do Banco Central (o seu currículo e a ausência de ligações com a iniciativa privada), o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) perguntou o que poderia ocorrer caso o país declarasse moratória ou dolarizasse sua economia.

Mesmo votando contra a nomeação de Francisco Lopes para o cargo, José Eduardo Dutra o elogiou por sua primeira entrevista como presidente interino do BC, na qual disse que a equipe econômica tinha errado na sua política de manutenção do real.

– Nunca tinha ouvido esta palavra na boca de nenhuma autoridade econômica, pelo menos nos últimos cinco anos. O ministro Pedro Malan, por exemplo, conjuga o verbo “errar” sem a primeira pessoa do singular ou do plural – ironizou.

## “FRACASSOMANIA”

O senador por Sergipe informou que, segundo dados à sua disposição, a dívida de médio e longo prazos do setor privado saltou de US\$ 37 bilhões, em 1995, para US\$ 119 bilhões em novembro do ano passado. Ele acrescentou que em apenas dez dias, com a desvalorização da moeda brasileira, tais dívidas cresceram, em reais, 40%.

Diante desses dados, Dutra formulou a Francisco Lopes questões sobre o nível atual das reservas líquidas do Brasil e o volume de compromissos externos públicos e privados que vencem em 1999 e no ano 2000, entre juros, amortizações e outras obrigações.

O senador lembrou que há muito tempo autoridades e economistas, al-

guns até ligados ao governo, vinham criticando a política cambial adotada pelo Brasil e que o presidente Fernando Henrique Cardoso respondia a essas críticas classificando seus autores de “catastrofistas”.

– O receituário imposto ao Brasil pelo FMI vem dando errado em outros países. Muitos analistas, autoridades e políticos vêm dizendo isso. Mas o governo insiste em não ouvir. Será que esses que criticam o acordo com o FMI vão continuar sendo incluídos no rol dos “fracassomaniacos”? – perguntou, referindo-se ao neologismo criado pelo presidente da República.

## MORATÓRIA

Respondendo ao senador José Eduardo Dutra sobre o que seria melhor, a dolarização ou a moratória, Francisco Lopes disse que as duas soluções são ruins para o país. Ele definiu a moratória como uma opção que traria os efeitos econômicos piores. E disse que a dolarização, se não traz conseqüências econômicas tão terríveis, traz enormes prejuízos em termos políticos e em relação à nacionalidade.

Sobre os números solicitados por Dutra a respeito das reservas do país e os valores que serão pagos até o final do próximo ano, Francisco Lopes explicou que não dispunha desses dados em detalhes. Dizendo que não queria sonegar informações, ele adiantou que as reservas do Brasil hoje, incluindo recursos já liberados pelo FMI, chegam a US\$ 36 bilhões. Lopes acrescentou que as obrigações brasileiras previstas para os próximos 12 meses chegam a US\$ 12 bilhões.

## Requião teme que reservas sejam mal administradas

Durante a sabatina do presidente interino do Banco Central (BC), Francisco Lopes, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) comparou a situação do Brasil com um cinema lotado, onde alguém, de repente, grita “fogo!” e imediatamente uma outra pessoa sobe no palco e aponta a sala tenha 25 portas, capazes de absorver sem tumulto a saída de toda a platéia.

O senador discordou da atual política econômica do governo e afirmou que a crise econômica que atinge o país tem muitas soluções e possibilidades.

Na opinião do senador pelo Paraná, a política econômica atualmente em prática no Brasil não foi definida pelo governo, mas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Federal Reserve (o banco central dos Estados Unidos).

Roberto Requião disse que não faria ao economista Francisco Lopes perguntas que, nas



Roberto Requião disse que, apesar da crise, o Brasil tem muitas possibilidades e soluções

atuais circunstâncias, ele não poderia responder.

## RESERVAS

Ele questionou a maneira pela qual o Brasil tem administrado as suas reservas cambiais, pelas quais recebe juros muito inferiores aos que o governo paga internamente.

– O mais notável – afirmou o senador Requião – é que esses recursos não ficam em um cofre forte, convertidos em barras de ouro, dólar ou libra. Eles são aplicados no mercado internacional. É muito possível, e extremamente provável, que esse dinheiro, tomado a 40%, 49%, que é aplicado a juros entre 5,6% e 5,9% ao ano, seja novamente reaplicado no Brasil a 49% ao ano.

Roberto Requião também comentou as dificuldades na coleta de dados em uma consulta que o

Senado fez ao Tribunal de Contas da União (TCU) para esclarecer questões junto ao Banco Central, devido à falta de transparência do banco no fornecimento de informações.

Entre as constatações tiradas pelo senador dessa auditoria, ele ressaltou a falta de diretrizes básicas na gestão da política de investimento das reservas internacionais do país.

Depois de ouvir Requião citar várias vezes o relatório do TCU, Francisco Lopes pediu ao senador que lhe encaminhasse uma cópia do documento.

Em sua intervenção, ele defendeu um Banco Central independente em relação ao Executivo, que passasse a prestar contas ao Senado sobre o seu objetivo principal, que é a defesa da moeda nacional.

## “Real é um dólar furado”, afirma Lauro Campos

O senador Lauro Campos (PT-DF) afirmou, durante a sabatina de Francisco Lopes, que o FMI atrasou as mudanças cambiais no Brasil para dar tempo aos banqueiros internacionais de retirarem US\$ 50 bilhões aplicados no país e para Fernando Henrique Cardoso se reeleger.

Na sua avaliação, “o real é um dólar furado”. O senador lembrou que, desde a época em que foi implantada a âncora cambial, escreveu artigos alertando sobre os perigos que essa medida poderia trazer para a economia. Para ele, a âncora que estava sustentando a economia não era só cambial, mas era também cravada na fome e na pobreza da população.

Lauro Campos concordou com Francisco Lopes no sentido de que as opções de dolarização e



Segundo o senador Lauro Campos, o governo ancorou o real no câmbio e “na fome da população”

moratória são ruins para o Brasil. No seu entender, a indicação de Francisco Lopes para a presidência do Banco Central é um avanço. Ele criticou o ex-presidente da instituição Gustavo Franco por responder às questões dos parlamentares com evasivas sempre que compareceu ao Senado

para prestar esclarecimentos.

Comentando as questões levantadas por Lauro Campos, Lopes disse que, se o Brasil não for “sabotado” pelos governadores, alcançará expressivo superávit primário neste ano. Mas previu muitas dificuldades para os próximos seis meses.

## o que eles DISSERAM

José Eduardo Dutra



“ Eu nunca tinha ouvido a palavra ‘errar’ na boca de nenhuma autoridade econômica, pelo menos nos últimos cinco anos. O ministro Pedro Malan, por exemplo, conjuga o verbo ‘errar’ sem a primeira pessoa do singular ou do plural. ”



# Impasse sobre dívida paulistana ameaça ajuste, alerta Miranda

Se papéis de São Paulo não forem renovados, afirma o senador, todos os títulos da prefeitura – no valor de R\$ 8 bilhões – entrarão em liquidação

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) alertou o presidente do Banco Central (BC), Francisco Lopes, para o problema de rolagem da dívida da prefeitura de São Paulo, “bem mais sério do que a moratória do governo de Minas Gerais. Se não houver uma solução até o dia 1º de março próximo, o Banco do Brasil e o Banespa ficarão a descoberto no montante de quase R\$ 8 bilhões, que terão que ser honrados pelo Tesouro. Se isso acontecer, o ajuste fiscal ficará comprometido”.

Miranda lembrou que o pedido de rolagem da dívida mobiliária da prefeitura de São Paulo deu entrada no Banco Central no dia 30 de agosto do ano passado, “mas, pela Resolução 78 do Senado, o BC está proibido de enviar ao Senado o pedido da prefeitura, que está com resultado primário negativo em suas contas. Se a rolagem de R\$ 400 milhões não for permitida, todos os títulos da prefeitura entra-

o que eles  
**DISSERAM** Gilberto  
Miranda



“Onde o Tesouro vai arrumar tanto dinheiro, sem inviabilizar o ajuste fiscal?”

(Ao comentar que, sem uma solução para a renegociação da dívida, o Banco do Brasil e o Banespa ficarão a descoberto no montante de quase R\$ 8 bilhões, que terão que ser honrados pelo Tesouro)

rão em liquidação”.

Esses títulos, explicou o senador, representam mais de R\$ 5 bilhões em poder do Banco do Brasil e quase R\$ 3 bilhões no Banespa. “Onde o Tesouro vai arrumar tanto dinheiro, sem in-

bilizar o ajuste fiscal?”, perguntou. Francisco Lopes admitiu desconhecer o problema, mas prometeu estudar o assunto para encontrar soluções, dentro da lei, que não comprometam o esforço fiscal do governo.

## Para Jefferson, câmbio deveria ter mudado antes

A decisão do governo de deixar o câmbio flutuar, mesmo depois de afirmar, 24 horas antes, que isso não aconteceria dá a impressão que a equipe econômica do governo não tem controle sobre os rumos da economia do país. A avaliação é do senador Jefferson Péres (PSDB-AM).

– Depois de passado o momento, fica fácil dizer que manter a po-

lítica cambial foi um erro. Mas houve gente que alertou para isso, que a desvalorização deveria ter vindo muito antes e que o custo seria menor para o país – afirmou o senador durante a sabatina do presidente interino do BC, Francisco Lopes.

Lopes concordou com a avaliação do senador de que teria sido melhor ter adotado o regime de intrabandas em 1995, porém disse que o máxi-

mo foi feito para a transição para o regime de livre flutuação do câmbio, que acabou sendo antecipada “pela realidade”.

– Acabamos fazendo isso em condições menos favoráveis – admitiu.

Segundo o presidente interino do BC, o país terá um primeiro semestre difícil na economia, mas, a longo prazo, a mudança no regime de câmbio trará resultados positivos para o país e já no segundo semestre deste ano a economia terá desempenho “espetacular”, segundo ele, com taxas de crescimento muito elevadas.

Questionado sobre a possibilidade de sair da presidência do BC caso o ministro da Fazenda, Pedro Malan, deixe o cargo, Lopes disse que Malan é uma figura fundamental para o governo. Tanto ele quanto o ministro, continuou, estão cumprindo um dever e o presidente tem a liberdade de substituí-los quando achar necessário.

– Entendo que o presidente do Banco Central nem sempre pode dizer o que pensa. Por isso, vou fingir que estou satisfeito com as respostas – declarou o senador, que revelou seu voto favorável à indicação de Lopes por temer o *day after* (dia seguinte) da economia, caso o nome não fosse aprovado pelos senadores.

o que eles  
**DISSERAM** Jefferson  
Péres



“Depois de passado o momento, fica fácil dizer que manter a política cambial foi um erro. Mas houve gente que alertou para isso, que a desvalorização deveria ter vindo muito antes e que o custo seria menor para o país.”

## Fogaça destaca carreira de Lopes em seu parecer

O senador José Fogaça (PMDB-RS) deu parecer favorável à indicação do economista Francisco Lopes para assumir a presidência do Banco Central. Antes do depoimento do economista e da sabatina dos senadores, Fogaça leu o parecer durante a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP).

O relator fez um breve histórico do currículo acadêmico de Francisco Lopes, bem como dos cargos que assumiu na vida pública. Lopes estava no cargo de diretor de Política Monetária do Banco Central antes de ser indicado pelo Executivo para a presidência da instituição.

Lopes graduou-se em Economia

pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1967, tendo feito mestrado na Fundação Getúlio Vargas e na Universidade de Harvard (EUA). Lecionou economia da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio e na Universidade de Brasília (UnB).

Ele ocupou os cargos de diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e de assessor especial do Palácio do Planalto e do Ministério da Fazenda. Tendo em vista seu currículo e participação na vida pública, Fogaça concluiu que Lopes preenche os requisitos exigidos para o cargo, que incluem reputação ilibada, conhecimentos econômicos e experiência na administração pública.



Ademir Andrade acredita que a desvalorização do real levará o país ao “caos social”

## Ademir prevê inflação alta e defende *currency board*

A desvalorização do real, que deve levar à redução das importações e ao direcionamento da produção nacional para as exportações, vai, na opinião do senador Ademir Andrade (PSB-PA), gerar um cenário de aumento da inflação e redução da oferta, com contenção de consumo.

– Essa situação vai levar o país ao caos social. Não há como a inflação ficar em um dígito este ano. Os juros vão aumentar, assim como o desemprego e a violência. Já há falta de produtos, como óleo e leite, no interior do país – declarou Ademir, que defendeu a adoção do sistema de *currency board*, em que o real teria uma taxa de convertibilidade em relação ao dólar.

Durante a sabatina a que se submeteu na CAE, Francisco Lopes concordou com a análise do senador de que a inflação é prejudicial à população e que, por isso, o governo tem que evitar que a mudança da política cambial tenha como consequência a alta dos preços.

– Minha conclusão, porém, é di-

ferente. Para conter a inflação temos que apertar a política monetária. Gostaríamos de reduzir os juros agora, mas uma política mais apertada a curto prazo vai permitir uma situação mais tranquila a longo prazo – disse Lopes.

Na avaliação do presidente do BC, o efeito inflacionário será transitório e “tanto menor quanto mais decididos nós formos na política monetária”. O *currency board* foi descartado por Lopes. Segundo ele, esse sistema pode implicar um regime monetário “duríssimo”, em que as taxas de juros não têm limite.

Ademir vê o Brasil “praticamente repetindo” a política econômica do país entre 1982 e 1990, em que a balança comercial chegou a ter um superávit de US\$ 16 bilhões, mas a inflação era “galopante”.

– O senhor diz que moratória é uma coisa nefasta, mas não podemos continuar com essa política de manter compromissos que não podemos pagar – afirmou Ademir.

# ACM adverte contra ação dos especuladores

Presidente do Congresso atribui oscilações do câmbio à atividade de pessoas que “não merecem viver no Brasil” e afirma que governo poderá tomar medidas enérgicas para punir os responsáveis pela alta exagerada do dólar

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, atribuiu à ação dos especuladores a oscilação das taxas de câmbio ontem, que levaram o dólar à cotação de R\$ 2,00, e advertiu que o governo terá oportunidade de identificar os responsáveis e tomar providências enérgicas:

– Não pode haver transigência com esses especuladores: eles não merecem viver no Brasil. Ficou bem claro que é especulação. Os especuladores não podem levar a nação a uma situação de gravidade, como estão levando – enfatizou.

Antonio Carlos ressaltou o sucesso da convocação extraordinária, que entrou em sua última semana:

– O Congresso cumpriu maravilhosamente sua parte, fazendo o pretendido pelo governo. Falta apenas votar na Câmara, por uma questão de prazos, a CPME. Todas as outras coisas foram feitas, e nós estamos contentes porque cumprimos nosso dever com o país.

O senador esclareceu que a autoconvocação do Congresso deverá ocorrer entre os dias 2 e 12 de fevereiro, para atender a necessidade da Câmara de contar os prazos de tramitação da proposta que altera a cobrança da CPME, pois o Senado esgotou sua pauta:

– Como a autoconvocação só pode ser conjunta, já disse ao presidente Michel Temer que basta ele redigir o ato, que eu assino – informou.



Antonio Carlos exaltou trabalho realizado pelo Congresso e confirmou a autoconvocação para atender aos prazos da Câmara



Maldaner disse ao presidente do BC, Francisco Lopes, que muitas empresas se endividaram por confiar na estabilidade do real

## Maldaner teme repasse para os preços

Durante a reunião da CAE que sabatinou o economista Francisco Lopes, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) questionou o presidente do Banco Central sobre a situação das empresas endividadadas em dólar que poderiam decidir repassar para seus produtos os prejuízos causados pela dívida. “Se isso acontecer, como será possível afirmar que os produtos importados representam 8% do PIB, resultando em apenas 4% de inflação durante 1999?”, indagou.

Lopes respondeu que empresas bem administradas devem ter feito provisão em dólar. “Ao contrair empréstimos em dólar, já lucraram pagando taxas mais baixas. Se foram prudentes, devem ter limitado seu endividamento a percentagens que podem suportar. Algumas têm

defesa natural como as exportadoras, ou de transporte internacional, que geram receita em dólar.”

Maldaner insistiu em saber se o Banco Central possui um levantamento dessas empresas endividadadas em dólares. “Elas acreditaram nas promessas do governo sobre a firme manutenção do valor do real em relação ao dólar, e agora não podem ser abandonadas.”

Lopes afirmou que o BC não dispõe dessa relação, acenando com a possibilidade de providenciá-la. Mas advertiu que, “se as empresas foram imprudentes em seu nível de endividamento, pagarão o preço de seu gerenciamento inadequado”.

### PLENÁRIO

À tarde, no plenário, o senador Casildo Maldaner voltou a manifestar-se preocupado com

os produtores que se endividaram em dólar e que agora ficarão obrigados a repassar seus custos para o produto final, embora este se destine apenas ao mercado interno. Ele disse ter ouvido na segunda-feira, em Santa Catarina, produtores extremamente aflitos com essa situação.

– Eles importaram compromissos, empréstimos, dólares, para aplicar em suas empresas. E isso necessariamente terá reflexo no custo dos seus produtos. Esses empresários agiram baseados no chamamento do governo, o qual garantia que a moeda se manteria estável.

Numa análise da situação vivida pelo país, Maldaner lembrou que o Legislativo não tem negado nada do que foi até agora

pleiteado pelo governo para sanar a crise. “O Congresso tem oferecido toda a instrumentalização. Resta muito pouco para tirarmos daqui. Até no Orçamento, tudo o que foi possível se enxugar se enxugou. Se não der certo agora, de onde é que vamos tirar uma saída?”, questionou ainda o senador.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que a Comissão Mista de Orçamento está apresentando à nação uma lei orçamentária enxuta, mas com possibilidades de investimentos. Conforme o parlamentar, não há mais o que cortar, a não ser que se queira eliminar cifras destinadas ao SUS, às universidades e a programas de renda mínima.

## Simon questiona lógica econômica

o que eles  
**DISSERAM** Pedro Simon



Estão propondo a privatização da Petrobras, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Pergunto, então, como o Brasil traçará diretrizes econômicas sem estatais estratégicas, sem controle do sistema bancário e financeiro.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) questionou ontem a lógica da política econômica do governo que taxa funcionários públicos ativos e inativos para obter R\$ 4 bilhões durante 1999 e perde, em apenas alguns dias de janeiro, R\$ 6 bilhões em reservas. “Há até quem diga que a taxação renderá apenas R\$ 2 bilhões. Além disso, o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, declara que o Brasil perde o montante de um PIB, ou seja R\$ 825 bilhões, em sonegação e renúncia fiscais”, disse.

O senador pelo Rio Grande do Sul formulou várias perguntas a Francisco Lopes mas, como já se aproximava a hora marcada para o início da sessão plenária do Se-

nado, 14h30, ele precisou se contentar com respostas por escrito, a serem enviadas posteriormente. “Assim que as receber, vou lê-las na íntegra, da tribuna, fazendo os devidos comentários”, prometeu.

Para Simon, não é verdade que todos os planos econômicos foram impostos à sociedade brasileira. “O Plano Real recebeu 45 emendas no Congresso e o então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, aqui esteve pelo menos 15 vezes para debater com os congressistas cada uma delas. Agora, porém, o governo propõe, o FMI exige e o Congresso vota a prorrogação e o aumento da CPME, bem como o projeto que penaliza os funcionários públicos, quase sem discussão”, lamentou.

O senador gaúcho disse que a

sociedade brasileira está perdida diante de tantas opiniões díspares. “A *Folha de S. Paulo*, no domingo passado, apontava a centralização do câmbio como a melhor saída para a queda de juros e a retomada do crescimento. O economista Henrique Meirelles garantia que a mesma centralização representa suicídio econômico, trazendo moratória e falência do país. Em quem devemos acreditar?”, perguntou.

Pedro Simon indagou, ainda, se o governo resistirá à tentação de confiscar os ativos financeiros, em especial a poupança, como já se fez no Brasil. “Gostaria, também, de conhecer as cinco medidas econômicas que o governo não tomará, de jeito nenhum”, perguntou.

## PROGRAMAÇÃO



## TV SENADO

## HOJE

7h - Saúde Todo Dia - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Tênis  
 7h30 - Especial Unip - Programa produzido pela Universidade Paulista; Assunto: O sono - 1ª parte  
 7h55 - Senado em Pauta  
 8h - Saúde Todo Dia - Atividade: Body Pump  
 8h30 - Jornal do Senado  
 8h55 - Senado em Pauta  
 9h - Cores do Brasil - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, Pernambuco  
 9h30 - Entrevista - o senador José Roberto Arruda defende que um percentual da arrecadação das loterias seja destinado à cultura  
 9h55 - Senado em Pauta  
 10h - Sessão do Congresso Nacional (ao vivo) - Em discussão: Proposta Orçamentária para 1999  
 12h - Cores do Brasil - Dendê da Bahia  
 12h30 - Entrevista - o senador José Roberto Arruda defende que um percentual da arrecadação das loterias seja destinado à cultura  
 12h55 - Senado em Pauta  
 13h - Cores do Brasil - Diamantina  
 13h30 - Agenda Econômica - O ministro da Agricultura, Francisco Turra, fala sobre a safra de grãos, a produção de alho e a venda de leite no Brasil  
 14h30 - Sessão plenária (ao vivo)  
 18h30 - Cores do Brasil - João Pessoa  
 19h - Palestra - Lideranças e Liderados  
 20h30 - Entrevista - o senador José Roberto Arruda defende que um percentu-

al da arrecadação das loterias seja destinado à cultura  
 21h - Jornal do Senado  
 21h15 - Agenda Econômica - O ministro da Agricultura, Francisco Turra, fala sobre a safra de grãos, a produção de alho e a venda de leite no Brasil  
 22h - Plenário (reapresentação)

*Obs.:* Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão"

## RÁDIO SENADO

## HOJE

8h - Agenda Senado  
 Em seguida - Música e informação  
 10h - Sessão Conjunta do Congresso Nacional (ao vivo)  
 Em seguida - Música e informação  
 14h30 - Sessão plenária (ao vivo)  
 Em seguida - Música e informação  
 19h - "A Voz do Brasil"  
 Em seguida - Música e informação  
 20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"  
 Em seguida - Música e informação  
 21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"  
 Em seguida - Música e informação  
 21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"  
 Em seguida - Música e informação  
 0h - Sessão plenária do Senado (reprise)  
 Em seguida - Música e informação

# Comissão aprova política de educação em direitos humanos

Substitutivo da senadora Emília Fernandes amplia abrangência do projeto da Câmara a todos os níveis do processo educativo

A Comissão de Educação aprovou ontem parecer elaborado pela senadora Emília Fernandes (PDT-RS) sobre a instituição da Política Nacional de Educação em Direitos Humanos. A reunião foi presidida pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), e a matéria vai agora à deliberação do plenário.

A senadora analisou projeto de lei da Câmara, de autoria do deputado José Aníbal, e decidiu apresentar um substitutivo visando à ampliação da abrangência da proposta. É que o projeto original restringia a obrigatoriedade do ensino de Direitos Humanos à escola, em nível fundamental e médio. De acordo com o substitutivo, a educação em Direitos Humanos passa a ser classificada como "essencial" e deve estar presente, em caráter formal e não-formal, em todos os níveis e modalidades do processo educativo.

Os objetivos fundamentais da educação em Direitos Humanos, de acor-



Artur da Távola, que presidiu a reunião, elogiou o substitutivo



Camata pediu solução para as filas na época de matrícula escolar

a execução da Política Nacional de Educação em Direitos Humanos será efetivada através de uma ação conjunta dos órgãos federais das áreas afins, que deverão definir as diretrizes para a implementação da lei em todo território nacional.

Durante a discussão do parecer, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) elogiou o trabalho da senadora Emília Fernandes e sustentou que a proposta ajude

do com a proposta da senadora, são a formação para a cidadania; a defesa da paz e da autodeterminação dos povos; a promoção dos sentimentos de solidariedade, justiça e tolerância; a superação de preconceitos; o desenvolvimento do espírito crítico; a compreensão integrada dos direitos humanos; e o incentivo à participação de todos.

O substitutivo estabelece, ainda, que

dará a elevar o nível de conscientização da sociedade. Ele sugeriu, ainda, que a comissão analisasse o problema das filas nas portas das escolas no período de matrícula e oferecesse uma solução para o problema.

O senador Artur da Távola também elogiou o substitutivo e destacou as dificuldades enfrentadas para a elaboração de propostas para a área, pelo "caráter conceitual da matéria".

## Congresso vota hoje proposta orçamentária da União para 1999

Convocado pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, o plenário do Congresso Nacional reúne-se hoje, às 10h, para apreciar o relatório final do projeto de lei orçamentária para 1999, aprovado na sexta-feira passada pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O relatório, elaborado pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), estabelece um superávit primário (receita superior à despesa, excluídos os pagamentos de juros da dívida pública) de R\$ 16,3 bilhões, prevendo receitas de R\$

199,9 bilhões e despesas de R\$ 183,6 bilhões.

Entre as modificações introduzidas pelos parlamentares na proposta encaminhada ao Congresso pelo Executivo, Tebet destaca o aumento de R\$ 325 milhões nos recursos destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS), o que beneficiará 21 estados.

As dotações para investimento também foram aumentadas em R\$ 3,4 bilhões, obtidos através da redução de gastos com pessoal inativo e com o pagamento de precatórios judiciais.



Ramez Tebet é o relator-geral do Orçamento da União

## CCJ prossegue discussão da reforma político-partidária

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), reúne-se hoje, às 10h, para examinar uma pauta com 11 projetos de lei e propostas de emenda constitucional de iniciativa da comissão especial da Casa que estudou a reforma político-partidária.

Relator de sete das propostas apresentadas, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) apresentou voto contrário a três medidas: o voto facultativo, a mudança no sistema de suplência e a redução do mandato dos senadores. Além disso, Francelino ofereceu em seus pa-

receres dois substitutivos que modificam as propostas originais sobre a alteração no cálculo do número de vereadores e sobre a limitação da divulgação do resultado de pesquisas eleitorais.

O voto distrital misto, a fidelidade partidária e o fim do segundo turno nas eleições são objeto de outras propostas da reforma, relatadas pelo senador Sérgio Machado (PSDB-CE).

### JUSTIÇA FEDERAL

Na mesma reunião, a CCJ vai apreciar duas propostas já aprovadas pela Câmara dos Deputados durante a convocação extraordinária deste mês e que alteram o funcionamento da

Justiça Federal.

O projeto de lei que reestrutura a Justiça Federal na primeira instância, com a criação de varas federais nas cinco regiões, tem como relator o senador Francelino Pereira. O senador José Fogaça (PMDB-RS) foi designado para relatar a proposta de emenda à Constituição estabelecendo que lei federal disporá sobre criação de juizados especiais no âmbito da Justiça Federal. A proposta inclui ainda o julgamento de *habeas-corpus*, quando um tribunal estiver relacionado na ação, entre as competências do Superior Tribunal de Justiça (STJ).



## COMO SINTONIZAR

## TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone:(019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

## RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
  - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11,com conectores tipo F
- Informações técnicas:
  - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
  - Satélite: Brasilsat B2
  - Polarização: Vertical (RX)
  - Modo: Joint-Stereo
  - Taxa: 128 Kbps-BPSK
  - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7



Palmeira disse que presidente do TJ levou justiça ao interior e aos mais carentes

## Palmeira faz elogio a magistrado alagoano

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) prestou homenagem ao desembargador Jairon Maia Fernandes, que está deixando a presidência do Tribunal de Justiça de Alagoas depois de dois anos de "profícuo e proveitoso mandato".

Ele lembrou que coube ao desembargador Jairon Fernandes a desafiadora tarefa de conduzir o destino da Justiça de Alagoas num dos mais conturbados períodos do processo político:

— Sua Excelência desempenhou com brilho, serenidade e um enorme dinamismo a direção dos trabalhos forenses, destacando-se por promover não só o reaparelhamento material, mas sobretudo o aprimoramento da prestação jurisdicional, com a preocupação de aproximar a Justiça dos que dela mais necessitam — disse o parlamentar.

Guilherme Palmeira destacou que o desembargador Jairon Fernandes, valendo-se dos recursos do Fundo de Modernização do Poder Judiciário, informatizou os procedimentos administrativos e instalou tanto na capital quanto em cidades do interior os tribunais especiais cíveis e criminais, acelerando, com essa medida, o acesso da população mais carente aos tribunais:

— Essa é a razão por que sua administração representa um marco na história judiciária do estado, merecendo o reconhecimento, o aplauso e a admiração de toda a sociedade, dos demais Poderes da República e de quantos puderam acompanhar de perto uma administração que honra o padrão de dignidade da Justiça do país — concluiu Palmeira.

# Jonas pede apoio para MP que reduz dívida dos fundos

Senador vê em projeto de conversão solução para tomadores de empréstimos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) fez ontem um apelo aos parlamentares para que aprovem a medida provisória (MP) que altera o cálculo das dívidas tomadas junto aos fundos de financiamento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O pronunciamento do senador deu-se poucos minutos antes da reunião da comissão especial que estuda a MP (presidida pelo próprio Jonas) com representantes do governo federal e técnicos e entidades interessadas no assunto.

Da tribuna, Jonas Pinheiro traçou um histórico dos fundos regionais, criados pela Constituição de 1988. Segundo ele, esses fundos foram regulamentados em 1989. Na lei aprovada, foi estabelecido que os empréstimos tomados junto a esses fundos seriam corrigidos pela Taxa Referencial (TR), acrescida de juros.

Em 1994, depois de a correção pela TR ter trazido grandes prejuízos aos devedores, o Poder Executivo enviou ao Congresso nova MP, que teve o próprio Jonas Pinheiro como relator. Aprovada a MP, a correção dessas dívidas passou a ser feita pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), além dos juros:



Jonas conseguiu que o assunto seja votado na última sessão da convocação extraordinária

— Em poucos dias, porém, a TJLP passou a ser mais alta do que a TR — lembrou o parlamentar.

Jonas Pinheiro destacou que, há dois anos, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) liderou um grupo de parlamentares que foi ao Ministério do Planejamento pedir nova MP, o que foi feito um ano e meio depois. A comissão especial elaborou projeto de conversão que seria votado na última quinta-feira. Mas não foi bem aceito pelo governo, que pediu prazo para analisar a nova versão do texto.

Segundo o senador, nos termos em que foi editada pelo presidente, a MP prejudica mais ainda os tomadores de empréstimos junto a esses fundos. Ela atingiria, principalmente, o

setor agropecuário, que securitizou suas dívidas com a TR e a TJLP no pico.

O senador comunicou que o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, aceitou incluir a MP — ou seu projeto de conversão — na pauta da sessão do Congresso que irá votar o Orçamento da União, a última da atual convocação extraordinária. Mas, para isso, as lideranças partidárias têm ainda de manifestar sua concordância.

Jonas Pinheiro lembrou que os agentes financeiros desses fundos estão cobrando em juízo as dívidas acumuladas. Para ele, o assunto, extremamente urgente e relevante, justifica a edição da MP, e uma solução para o problema resultará na retomada dos financiamentos através desses fundos, onde estão parados "milhões de reais à disposição de milhares de pequenos tomadores de recursos".

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) enalteceu a "batalha incansável" de Jonas Pinheiro para resolver o problema dos fundos regionais. Ele adiantou que irá votar favoravelmente à MP, assim como o senador Ernandes Amorim (PPB-RO).

## Patrocínio sugere cautela com produtos da engenharia genética

Os órgãos governamentais que autorizam a comercialização de produtos agrícolas transgênicos (*gerados a partir da engenharia genética*) devem agir com extrema cautela, defendeu o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). Ele apontou uma diversidade de opiniões sobre os riscos e benefícios da adoção dos produtos:

— No que se refere a alimentos transgênicos, além do enfoque econômico e comercial, o tema deve ser considerado sob os pontos de vista técnico e científico, de saúde da população e do meio ambiente, antes de se chegar a qualquer conclusão.

Carlos Patrocínio citou artigo da vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Galci Zancan, alertando para a insuficiência dos conhecimentos científicos atuais, o que impede a ava-



Patrocínio explicou que as opiniões divergentes reforçam a necessidade de cautela na análise do assunto

liação correta dos riscos dos alimentos transgênicos. A professora argumenta que os testes necessários à definição da segurança para o meio ambiente e para a saúde humana e animal não foram ainda convenientemente detalhados:

— Quanto à saúde e à segurança alimentar, vários técnicos têm alerta-

do para o problema das alergias resultantes das proteínas alergênicas, decorrentes da inserção de novos genes nas plantas — acrescentou Patrocínio.

O senador por Tocantins trouxe também argumentos favoráveis a este tipo de produto. Produtores agrícolas defendem a inovação sob o argumento de que a adoção de novos padrões tecnológicos reduzem custos e aumentam a produtividade e poderão contribuir para que a crise no setor seja superada:

— O assunto é muito grave e exige cautela. É o futuro do Brasil que está em jogo: a economia, a agricultura, a saúde, o meio ambiente, as próximas gerações. Talvez o desenvolvimento, o progresso. Mas não podemos, em nome do progresso, calar aos pés as nossas consciências — observou.

## Ministro da Agricultura prevê safra recorde em 99

O Brasil está na expectativa de uma safra recorde de grãos, estimada em 84 milhões de toneladas, depois de um período de estagnação em que a produção esteve no patamar dos 70 milhões. Foi o que revelou o ministro da Agricultura, Francisco Turra, em entrevista à TV Senado, que vai ao ar hoje. A previsão, informou Turra, foi feita pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a partir da monitoração por satélite, e confirmada pelo Banco do Brasil e pelo IBGE.

Segundo o ministro, existe a expectativa de que a comercialização da safra tenha um impacto positivo na balança comercial brasileira, gerando um superávit de 11 bilhões de dólares. "Vamos voltar a ser auto-suficientes em alguns produtos básicos, como arroz e feijão", adiantou Turra. No caso do arroz, a produção prevista deve ser de 11,5 milhões de toneladas, para um consumo estimado em 11 milhões. Isso tudo num contexto de baixos estoques, que não devem prejudicar o produtor na hora de comercializar seu produto, acrescentou.

No caso do trigo, cuja produção caiu bastante nos últimos anos frente à importação do produto argentino, Turra disse que a meta é crescer 500 mil toneladas por ano. Em 99, a produção será de 3 milhões de toneladas, mas o Brasil já produziu mais de 6 milhões por ano no passado.

De qualquer forma, informou Turra, está ocorrendo uma recuperação, já que nos últimos anos a produção caiu para 2 milhões de toneladas ao ano. A queda, segundo o ministro, se deve à falta de determinação política de apoiar o setor. "Como o trigo argentino era mais barato, a preferência foi pelo aumento da importação." No entanto, o ministro frisou que a orientação agora é outra.

Outro produto avaliado pelo ministro foi o leite, que tem sofrido forte concorrência do produto importado, o qual chega ao país, muitas vezes, depois de passar por intermediários do Mercosul. "Temos uma preocupação muito grande com o leite, porque ele é o pinga-pinga do pequeno produtor. Vendendo leite diariamente ele está sempre recebendo alguma coisa."